

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente***Eixo da Confiança**

A situação brasileira dificilmente poderia apresentar-se melhor, sob circunstâncias tão desfavoráveis. O governo não mais se reencontrou desde o momento em que os resultados favoráveis do plano cruzado se converteram em rápidos insucessos. Primeiro, não foi capaz de aplicar as recomendações dos autores do plano e de absorver as críticas dos economistas; segundo, não poderia também entender que o desastre foi a consequência lógica da presença vergonhosa dos interesses políticos na condução eleitoral da política econômica.

A estabilidade que a opinião pública demonstra neste período de transição é uma garantia para os desafios políticos que nos esperam já em 1988, mas não é suficiente para discernir com clareza os próximos passos debaixo da tempestade de inflação e recessão.

Até que o país seja dotado, para o final do ano, da nova Constituição que funcione como um pacto, a opinião pública terá que aplicar-se às prioridades da ação econômica que lança o ministro da Fazenda na procura da confiança a ser reconquistada. Foi pelos insucessos financeiros e econômicos que o governo perdeu credibilidade, e é pela mesma via que terá de recuperá-la. O ministro Bresser Pereira precisará montar o eixo em torno do qual se firmará o Executivo desnordeado, com apoio nos partidos políticos que não se entendem de acordo com a necessidade e ainda se dão o luxo de investir em divisões internas.

A nação continua chocada, e os cidadãos mostram-se perplexos. A mudança do ministro da Fazenda não foi um ato de rotina, mas rompimento com uma impostura que se organizou para fazer, fora do governo, a sustentação política dos seus equívocos e impedir o julgamento que a condenará pelos maus resultados. É preciso, no entanto, que o próprio ministro Bresser Pereira tome a iniciativa de tecer a nova confiança nacional. E também que o Planalto e o PMDB lhe abram os espaços para que possa propor e sustentar soluções liberas dos condicionamentos ideológicos. O Planalto e o PMDB, se não forem sensíveis à necessidade, serão as primeiras vítimas de uma expansão do clima de insegurança que advirá da prolongada perda de confiança.

Não consegue a Aliança Democrática restabelecer-se para assumir as responsabilidades que lhe cabem na transição. Por que não esquecer temporariamente o passado, que opõe as suas partes no plano eleitoral, e não se dedicar a fazer a preparação do ambiente para o ministro da Fazenda restaurar a confiança? Há uma proteção política a ser dispensada, desde agora, ao ministro Bresser Pereira. Pois, a verdade é que o ex-ministro Dilson Funaro está

saindo para uma empreitada política que, impatrioticamente, é uma tentativa de impedir que o seu sucessor tenha êxito. A possibilidade de êxito é intolerável para o autor dessa expressiva prova de incompetência: o país ficou sem política econômica, com o seu saldo no comércio externo dilapidado pela importação de supérfluos, transtornado em todos os mecanismos de poupança, sob suspeita exterior e submetido à inverdade oficial. Quantas vezes foi alterado o índice para apuração da inflação, apenas para atender às conveniências políticas do governo e do PMDB?

Depois de tudo que testemunhou como novo regime, a opinião pública se convenceu de que é da sociedade o papel principal na defesa da própria transição. A hora da democracia, não há mais qualquer ilusão, só chegará quando se encerrar a atividade constituinte e o país estiver dotado de uma nova Constituição, que nos devolva a noção de respeito à lei como contrapartida pela aspiração de ter direitos assegurados. Portanto, é preciso chegar lá em ordem e sem danos.

A nossa transição do autoritarismo para a ordem democrática foi excessivamente longa. Os nervos, de tão tensos, tornam-se esgarçados diante de tantos perigos. A falta da eleição direta nos privou de uma segura sensação de legitimidade, que só as urnas conferem. Faltam lideranças fortes e convincentes. Liderança não é função burocrática, designação oficial, mas um nível de interpretação política superior. A nossa transição se faz com uma carência aguda de líderes, e há necessidade de tempo para que apareçam figuras em que se possa confiar. Os que se apresentam como líderes do passado acabaram de perder o pouco de confiança que lhes restava.

A sociedade democrática impõe responsabilidade aos cidadãos, mas não dispensa líderes de ânimo forte e de convicções capazes de honrar compromissos. É por tudo isso que a opinião pública está perfeitamente ciente de que não há como fugir à fatalidade democrática: é fechar o trabalho constituinte, promulgar a Constituição e engatar a saída eleitoral que nos levará ao usufruto da legitimidade.

Entre o final do ano e a melhor oportunidade política para a sucessão presidencial em 1988, a questão é o primeiro desafio às lideranças que despontam para substituir as que tombam pelo caminho. A sociedade percebe e intui com clareza as necessidades, mas precisará localizar e identificar no ministro da Fazenda a melhor via de acesso à confiança que foi fraudada pelo malogro do plano cruzado. Fracasso devido exclusivamente ao predomínio dos interesses políticos sobre os interesses nacionais.